

REPORTAGEM IFRS 18 redefine apresentação de resultados financeiros e especialistas discutem novas normas contábeis e seus impactos regionais

Contabilidade no centro do acordo comercial entre Mercosul e UE

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A formação de um dos maiores blocos econômicos do planeta, com a consolidação do acordo entre Mercosul e União Europeia, impõe um desafio que vai além de tarifas e barreiras comerciais. Para o vice-presidente Financeiro da Fecontábil RS, Paulo Roque Luz, a norma IFRS 18 realmente representa uma nova “gramática” da Demonstração do Resultado, capaz de reduzir ruídos na leitura do desempenho entre empresas que atuam em diferentes países. A professora Andréia Davanço complementa que a padronização fortalece a comparabilidade regional e diminui divergências históricas na apresentação dos resultados no âmbito do Mercosul.

Os critérios de reconhecimento ou mensuração não serão alterados pela IFRS 18, mas promovem mudança estrutural na forma de apresentar o desempenho financeiro. Ambos os

especialistas convergem ao afirmar que a principal transformação está na criação de categorias obrigatórias na Demonstração do Resultado — operacional, investimentos e financiamento — e na instituição de subtópicos padronizados, como lucro operacional e lucro antes de financiamento e impostos. A medida reduz a discricionariedade de margem de liberdade que a lei dá a uma autoridade para decidir como agir — na classificação de receitas e despesas, elevando consistência e transparência.

Luz enfatiza que a DRE deixa de ser apenas peça formal de divulgação e passa a assumir caráter ainda mais estratégico, com critérios de agregação e desagregação mais disciplinados e rastreáveis. Segundo ele, isso diminui distorções que encareciam análises e ampliavam interpretações divergentes em operações transfronteiriças. Andréia ressalta que, no contexto do Mercosul, a padronização tende a reduzir assimetrias entre empresas de diferentes paí-



ISAC NÓBREGA/PR/JC

Países integrantes do bloco sul-americano têm agora um desafio que vai além de tarifas e barreiras comerciais

ses, favorecendo decisões de investimento e concessão de crédito no ambiente regional.

Outro ponto de convergência é o tratamento mais rigoroso dos indicadores alternativos de desempenho, os MPMs (Management Performance Measures). A norma exige reconciliação com medidas previstas nas IFRS, metodologia claramente descrita e divulgação detalhada em nota específica. Para Andréia, a exigência amplia a transparência nas relações comerciais e societárias no bloco. Luz acrescenta que a disciplina reduz a distância entre o discurso gerencial e os números reportados, fortalecendo a credibilidade das informações em negociações internacionais.

As notas explicativas também ganham protagonismo. Passam a detalhar critérios de classificação, composição de linhas relevantes e justificativas para subtotais adicionais. Esse reforço informacional, segundo os entrevistados, contribui para reduzir o custo de interpretação das demonstrações financeiras e elevar a confiança de investidores e parceiros econômicos.

Há diferenças de ênfase nas análises. Andréia destaca o estágio de maturidade técnica do Brasil no processo de convergência às IFRS, conduzido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ainda que Argentina, Uruguai e Paraguai também adotem o padrão para companhias listadas. Ela alerta para a necessidade de iniciar imediata-

mente diagnósticos, revisão de relatórios e capacitação das equipes. Paulo aprofunda o olhar operacional e aponta impactos diretos sobre contabilidade societária, controladoria, planejamento financeiro, tecnologia da informação, consolidação, auditoria interna e compliance, com necessidade de pilotos em reporting paralelo e revisão de sistemas.

O debate ganha dimensão estratégica diante da fase final de ajustes e ratificação do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, com expectativa de entrada em vigor no segundo semestre de 2026. O novo eixo comercial reunirá cerca de 700 milhões de consumidores e responderá por aproximadamente um quarto do Produto Interno Bruto global. A União Europeia figura entre os principais parceiros comerciais do Mercosul e ocupa posição de destaque como investidora estrangeira direta na região, com fluxo bilateral de bens que alcança centenas de bilhões de euros anuais.

Nesse ambiente de integração ampliada, a harmonização contábil deixa de ser apenas convergência técnica e passa a integrar a infraestrutura institucional do comércio internacional. A padronização da apresentação do desempenho financeiro reduz assimetrias informacionais, facilita análises de risco, acelera processos de due diligence e fortalece o ambiente de crédito e investimentos. Para Paulo Roque Luz, o contador assume pa-

pel estratégico como guardião da credibilidade e da governança em um cenário de maior integração econômica. Para Andréia Davanço, a IFRS 18 contribui diretamente para diminuir diferenças interpretativas ainda existentes no Mercosul, reforçando a confiança necessária para sustentar negócios em escala global.

Receita dá a receita

Receita Federal publica Política de Inteligência Artificial com foco em responsabilidade, transparência e supervisão humana

A Receita Federal do Brasil publicou, em 05/02/2026, a Portaria RFB nº 647, que estabelece a Política de Inteligência Artificial no âmbito do órgão. A iniciativa define princípios, diretrizes e salvaguardas para o uso responsável de sistemas de IA reforçando o compromisso da instituição com a segurança, a transparência e o controle humano em todas as etapas. O uso, desenvolvimento, contratação, monitoramento e desativação de tecnologias de IA garantindo que sua aplicação ocorra sempre em conformidade com a legislação, com respeito a dados pessoais, sigilosos e aos direitos fundamentais. Isso está alinhado às diretrizes nacionais do Plano Brasileiro de IA, que orienta o país a adotar tecnologias centradas no ser humano, acessíveis, éticas e seguras. Um dos pilares da Política da RFB é a garantia de que toda e qualquer decisão permanece sob

responsabilidade exclusiva do agente público, sendo vedado o uso de IA para tomada de decisões autônomas. Sistemas de IA poderão apoiar análises e triagens, mas não substituir a atuação humana. Proteção de dados: o rigor no tratamento de dados pessoais e sigilosos, necessidade de sistemas explicáveis, auditáveis e transparentes, práticas que evitem vieses e assegurem direitos individuais. A implementação de soluções de IA visa aprimorar processos, apoiar análises complexas e melhorar a entrega de serviços públicos. A tecnologia atua como ferramenta para aumentar eficiência e precisão, sem substituir competências humanas. Com a nova Política, a Receita Federal reafirma seu compromisso com o uso ético, seguro e responsável de tecnologias emergentes, fortalecendo sua missão institucional e a confiança da sociedade.

Dimensão econômica do bloco

Mercosul-União Europeia

Indicador

- Mercosul*
- União Europeia*
- Bloco Integrado (estimativa)

População

- 295 milhões
- 450 milhões
- 745 milhões

PIB nominal

- US\$ 2,5 trilhões
- US\$ 16 trilhões
- US\$ 18,5 trilhões

Participação no PIB global

- 3%
- 17%
- 20% a 25%

Comércio bilateral anual

- € 100–120 bilhões

Investimento estrangeiro direto

- UE é principal investidor no Mercosul
- Fluxo bilateral relevante
- -

*VALORES APROXIMADOS COM BASE EM DADOS INTERNACIONAIS RECENTES (FMI, BANCO MUNDIAL E COMISSÃO EUROPEIA).

JCContabilidade

Publicação do Jornal do Comércio de Porto Alegre

■ Editor-Chefe: Guilherme Kolling (guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br)

■ Editora de Economia: Fernanda Crancio (fernanda.crancio@jornaldocomercio.com.br)

■ Editora-assistente: Cristine Pires (cristine.pires@jornaldocomercio.com.br)

■ Projeto gráfico: Luís Gustavo Schuwartsman Van Ondheusden

SACIN Comunicação Institucional da RFB/10ªRF